

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

OBRAS/SERVIÇOS DE ENGENHARIA

NUP N. _____

OBJETO: *contratação de empresa para execução da obra de Construção do Laboratório de Pavimentação do CETEC, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, na cidade de Cruz das Almas/BA.*

OBSERVAÇÃO 1: Este termo contém e antecipa as **orientações jurídicas mais comuns** emitidas nas análises de licitações de obras e serviços de engenharia. Acaba sendo também um roteiro com os **requisitos da instrução processual**, sem prejuízo da Lista de Verificação e do Instrumento de Padronização dos Procedimentos de Contratação da AGU.

OBSERVAÇÃO 2: Todos os tópicos devem ser analisados, preenchidos e assinados por **profissional habilitado**, de acordo com as competências atribuídas pela Lei n. 5.194, de 1966, e as Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agricultura – CONFEA, Lei n. 12.378, de 2010, e as Resoluções do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, ou pela Lei n. 13.639, de 2018, e as Resoluções do Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT.

OBSERVAÇÃO 3: Alguns tópicos necessitam, além da marcação do espaço entre parênteses, da apresentação da **justificativa técnica detalhada contendo as razões que motivam a opção adotada para o caso concreto**, não podendo, portanto, ser genérica nem abstrata.

OBSERVAÇÃO 4: A **ausência** deste termo ou de justificativas **pode acarretar a devolução dos autos sem análise conclusiva** ou ressalva no Parecer jurídico, cujo atendimento será imprescindível para o prosseguimento do feito.

OBSERVAÇÃO 5: Para o correto preenchimento, é indispensável a **leitura das Notas Explicativas** deste documento, cujo conteúdo consta após as justificativas, mas também pode ser acessado por meio do link inserido ao final de cada tópico.

OBSERVAÇÃO 6: Devem ser juntadas ao processo as “Declarações e Justificativas”; não é necessário juntar aos autos a parte do arquivo correspondente às “Notas Explicativas”.

SUMÁRIO

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES1

SUMÁRIO2

DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS4

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO4
 - 1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia4
 - 1.2. Classificação como serviço comum ou especial4
2. REGIMES DE EXECUÇÃO5
3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA6
4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA6
5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS7
6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS8
7. CUSTOS DIRETOS8
8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS9
9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA10
10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI10
11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS11
12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO12
13. PROJETO EXECUTIVO12
14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA12
15. VISTORIA15
16. SUBCONTRATAÇÃO16
17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO16
18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS17
19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS17
20. GARANTIA DA EXECUÇÃO18
21. DA SUSTENTABILIDADE18

NOTAS EXPLICATIVAS20

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO20
 - 1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia20
 - 1.2. Classificação como serviço comum ou especial21
2. REGIMES DE EXECUÇÃO22

- 2.1. Empreitada por Preço Unitário**22**
- 2.2. Empreitada por Preço Global**23**
- 2.3. Empreitada Integral**23**
- 2.4. Contratação Por Tarefa**24**
- 2.5. Contratação Integrada**25**
- 2.6. Contratação Semi-Integrada**26**
- 2.7. Fornecimento e prestação de serviço associado**26**
- 2.8. Subestimativas e superestimativas técnicas relevantes**27**
- 3. ELABORAÇÃO DE PROJETO / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA.**30**
- 4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA**31**
- 5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHA DE CUSTOS UNITÁRIOS**32**
- 6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS**33**
- 7. CUSTOS DIRETOS**34**
- 8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS**35**
- 9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA**36**
- 10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI.**38**
- 11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS**39**
- 12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**40**
- 13. PROJETO EXECUTIVO**41**
- 14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**42**
- 15. VISTORIA**46**
- 16. SUBCONTRATAÇÃO**47**
- 17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO**49**
- 18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS**50**
- 19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS**50**
- 20. GARANTIA DA EXECUÇÃO**52**
- 21. DA SUSTENTABILIDADE**54**
 - 21.1. Desenvolvimento nacional sustentável: critérios de sustentabilidade**54**
 - 21.2. Da Especificação Técnica**55**
 - 21.3. Da Minimização do Impacto**56**
 - 21.4. Licenciamento Ambiental**56**
 - 21.5. Dos Resíduos e Rejeitos**57**
 - 21.6. Da Sustentabilidade como Política Transversal**57**
 - 21.7. Da Política Nacional de Resíduos Sólidos**57**
 - 21.8. Da Acessibilidade**57**

DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS

1. ENQUADRAMENTO DO OBJETO

1.1. Classificação como obra ou serviço de engenharia

O objeto da presente licitação constitui (X) OBRA / () SERVIÇO DE ENGENHARIA, sob a seguinte justificativa:

A construção da edificação anexa ao Laboratório de Pavimentação faz parte da contrapartida institucional para execução do plano de trabalho, cujo objetivo é promover cooperação técnico-científica, capacitação, treinamento e intercâmbio de conhecimentos e experiências entre a Diretoria de Planejamento e Pesquisa (DPP) do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e a UFRB, no contexto da aplicação de técnicas de reforço e estabilização de solos em estradas não pavimentadas. Na parceria entre o DNIT e a UFRB, o DNIT disponibilizou cerca de R\$ 4,5 milhões para a aquisição de equipamentos destinados à montagem de um laboratório específico para a instalação dos equipamentos adquiridos no projeto. Não há espaço ou local adequado para a instalação permanente desses equipamentos nos laboratórios existentes da UFRB. Como contrapartida, a construção dessa nova estrutura laboratorial ficou sob responsabilidade da UFRB, sendo destinada ao uso da Universidade. Além disso, essa edificação está inserida no escopo de um novo programa de Pós-Graduação em Transportes, atualmente em desenvolvimento pelo grupo de pesquisa em Geotecnia e Pavimentação, com previsão de submissão à CAPES em 2025.2.1.4 – A contratação é imprescindível para garantir o desenvolvimento das atividades acadêmicas e científicas, bem como a plena utilização dos equipamentos adquiridos.

1.2. Classificação como serviço comum ou especial

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é (X) COMUM / () ESPECIAL, sob a seguinte justificativa:

Os serviços objeto da presente contratação caracterizam-se como de natureza comum, conforme definição da Lei n.º 14.133/2021, art. 6º, inciso XXI, alínea "a", tendo em vista que são geralmente oferecidos por diversos prestadores de serviço e são facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de contratação com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

[Vide Nota Explicativa n. 1.](#)

2. REGIMES DE EXECUÇÃO

Para a execução indireta do objeto, será adotado o seguinte regime, de acordo com a justificativa abaixo:

- ☒ (X) empreitada por preço unitário
- ☐ () empreitada por preço global
- ☐ () empreitada integral
- ☐ () contratação por tarefa
- ☐ () contratação integrada
- ☐ () contratação semi-integrada
- ☐ () fornecimento e prestação de serviço associado

A escolha do regime de empreitada por preço unitário é uma das modalidades previstas em lei e a que se melhor adequa ao objeto em tela por se tratar de reforma e mesmo com precisão do projeto podem surgir durante a execução elementos novos, se justifica quando o escopo do projeto possui variáveis difíceis de quantificar ou especificar em detalhes no início da obra. Esse regime permite que o valor seja previsto com base nas unidades de serviço realizadas, como metro quadrado, metro cúbico, tonelada, entre outros. Assim, há maior flexibilidade para possíveis alterações na quantidade dos serviços ao longo da execução do contrato, o que fornece melhor controle sobre custos e adequação ao andamento real do projeto, especialmente em obras de longa duração ou que envolvem incertezas na quantidade exata de serviços necessários.

[Vide Nota Explicativa n. 2.](#)

3. ELABORAÇÃO DE PROJETOS / DOCUMENTOS TÉCNICOS POR PROFISSIONAL HABILITADO E COMPROVAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

No presente feito, o (☒) Projeto Básico / documentos técnicos foram elaborados por profissional habilitado de (☒) engenharia, (☒) arquitetura ou (☐) técnico industrial, com a emissão da (☒) ART, (☒) RRT ou (☐) TRT.

No presente feito, embora o Projeto Básico / documentos técnicos tenham sido elaborados por profissional habilitado de engenharia, arquitetura ou técnico industrial, (☒) houve a emissão da ART, RRT ou TRT, com base na seguinte **justificativa**:

A RRT ou ART é o documento que define, para os efeitos legais, os responsáveis técnicos pelo desenvolvimento de atividade técnica no âmbito das profissões abrangidas pelos Sistemas CAU/BR e Confea/Crea. As Leis no. 12.378/2010 e a nº 6.496/77 estabeleceram sua obrigatoriedade em todo contrato para execução de obra ou prestação de serviço de Arquitetura e Engenharia, Agronomia, Geologia, Geografia e Meteorologia, bem como para o desempenho de cargo ou função para a qual sejam necessários habilitação legal e conhecimentos técnicos nas profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea

[Vide Nota Explicativa n. 3.](#)

4. DEFINIÇÃO DOS CUSTOS UNITÁRIOS DE REFERÊNCIA

Na presente licitação:

(☐) FOI observada a ordem prioritária dos parâmetros do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021;

(☒) FORAM adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do SINAPI, para todos os itens relacionados à construção civil;

(☐) FORAM adotados custos unitários superiores aos custos unitários de referência do SINAPI para determinados itens do orçamento, conforme justificativa do relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos.

No orçamento da presente obra ou serviço, para os itens não contemplados no SINAPI, (☐) FORAM adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, observada a ordem de prioridades nele estabelecida:

(☒) utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso (*citar as fontes e justificar a pertinência técnica da opção*):

(☐) contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondentes, sob a seguinte justificativa (*citar as fontes, justificar metodologia e juntar a pesquisa aos autos*):

(☐) pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma do regulamento (*apresentar justificativa e documentar a pesquisa nos autos*)

[Vide Nota Explicativa n. 4.](#)

5. ORÇAMENTO DETALHADO EM PLANILHAS DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento da presente obra ou serviço:

(☒) foi/foram juntadas a(s) (☒) planilha(s) sintética(s) e a(s) (☒) planilha(s) analítica(s)

(☐) NÃO foi/foram juntadas a(s) (☐) planilha(s) sintética(s) e a(s) (☐) planilha(s) analítica(s).

O documento de responsabilidade técnica relativo às planilhas orçamentárias:

(☒) consta nos autos.

(☐) NÃO consta nos autos.

Na presente licitação:

(☒) foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

(☐) NÃO foi/foram utilizada(s) a(s) tabela(s) de referência mais atualizada(s).

[Vide Nota Explicativa n. 5.](#)

6. ELABORAÇÃO DAS COMPOSIÇÕES DE CUSTOS UNITÁRIOS

No orçamento de referência da presente licitação:

(☐) foram adotadas **apenas** composições de custos unitários oriundas do SINAPI, **sem** adaptações;

(☐) foram adotadas composições “**adaptadas**” do SINAPI, nos termos do art. 8º do Decreto n. 7.983, de 2013, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes;

(☒) foram adotadas composições “**próprias**”, extraídas de fontes **extra-SINAPI**, nos termos do art. 23, § 2º, da Lei n. 14.133, de 2021, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes.

[Vide Nota Explicativa n. 6.](#)

7. CUSTOS DIRETOS

No orçamento de referência da presente licitação, os custos diretos (☐) compreendem **apenas** os componentes de preço que podem ser devidamente identificados, quantificados e mensurados na planilha orçamentária.

Especificamente em relação ao custo direto de **administração local**:

(☒) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

A justificativa para essa conformidade com o Acórdão é que ele estabelece diretrizes específicas para o design e a transparência dos custos administrativos em contratos públicos. Segundo o TCU, o valor referente à administração local deve ser tratado como um custo direto, desde que esteja diretamente relacionado com a execução do objeto contratado. Isso inclui gastos com coordenação e supervisão local, desde que especificadas e especificadas ao projeto, evitando assim sobreposições com os custos indiretos ou gerais e respeitando o princípio da economicidade e transparência.

(☐) adota o parâmetro do (☐) 1º quartil ou (☐) médio ou (☐) 3º quartil, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio**:

(☐) adota percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as justificativas técnicas abaixo apresentadas:

Em relação ao cronograma físico-financeiro:

(☒) *PREVÊ pagamentos proporcionais para os custos diretos, em especial quanto ao de administração local, para cada período de execução contratual, refletindo adequadamente a evolução da execução da obra, ao invés de reproduzir percentuais fixos.*

*A adoção de pagamentos proporcionais aos **custos diretos**, incluindo o custo de **administração local**, visa garantir que o cronograma físico-financeiro reflita com precisão a evolução real da execução da obra. Ao vincular os pagamentos ao progresso efetivo dos serviços em cada período contratual, evita-se a aplicação de percentuais fixos que poderiam distorcer a correspondência entre o avanço físico da obra e os símbolos financeiros*

[Vide Nota Explicativa n. 7.](#)

8. ELABORAÇÃO DAS CURVAS ABC DOS SERVIÇOS E INSUMOS

Na presente licitação:

(☒) *foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos (☒) INSUMOS e (☒) SERVIÇOS.*

*A inclusão das **Curvas ABC** para os **insumos** e **serviços** permite identificar e priorizar os itens de maior relevância em termos de impacto financeiro no orçamento da obra. A Curva ABC é uma ferramenta de controle essencial que categoriza os insumos e serviços de acordo com sua representatividade no custo total, dividindo-os geralmente em três classes:*

- **Classe A** : itens de maior impacto financeiro e que merecem atenção especial no controle de custos.
- **Classe B** : itens de impacto intermediários, que desativam o monitoramento, mas não tanto quanto os da Classe A.
- **Classe C** : itens de menor impacto, com controle menos rigoroso.

Com essas curvas anexas, é possível direcionar esforços de planejamento e controle para os itens mais significativos, garantindo uma gestão de recursos mais eficiente e alinhada ao objetivo de economicidade e racionalidade na execução do projeto.

(☐) *NÃO foi/foram juntada(s) a(s) Curva(s) ABC relativas aos (☐) INSUMOS e aos (☐) SERVIÇOS, sob seguinte justificativa:*

[Vide Nota Explicativa n. 8.](#)

9. ADOÇÃO DO REGIME DE DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA

Na presente licitação, serão adotados os custos de referência (☐ X ☐) DESONERADOS ou (☐) NÃO DESONERADOS, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração, conforme simulação juntada aos autos (preencher, se necessário, para outras considerações):

Por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração. A escolha dos custos desonerados significa que os valores considerados não incluem encargos sociais e trabalhistas que foram reduzidos ou desonerados em função de políticas governamentais vigentes.

A adoção dessa metodologia permite obter uma estimativa de custos mais homologada à realidade econômica atual, além de refletir a economia potencial que a Administração pode obter ao contratar serviços e insumos com menor impacto de encargos adicionais. A decisão foi fundamentada com base em uma simulação anexada aos autos, a qual demonstrou que os custos desonerados oferecem um melhor custo-benefício e benefícios para a otimização dos recursos públicos.

[Vide Nota Explicativa n. 9.](#)

10. DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DO PERCENTUAL DE BDI

Na presente licitação, o detalhamento do BDI: (☐ X ☐) observa os parâmetros do Acórdão n. 2.622, de 2013 - Plenário do Tribunal de Contas da União.

Foram adotados os seguintes parâmetros de percentuais para cada item do BDI contemplado no Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio:**

Administração central: (☐) 1º quartil ou (☐) quartil médio ou (☐) 3º quartil:

Seguro e garantia: (☐) 1º quartil ou (☐) quartil médio ou (☐) 3º quartil:

Risco: (☐) 1º quartil ou (☐) quartil médio ou (☐) 3º quartil:

Despesa financeira: (☐) 1º quartil ou (☐) quartil médio ou (☐) 3º quartil:

Lucro: (☐) 1º quartil ou (☐) quartil médio ou (☐) 3º quartil:

Para determinado(s) item(ns) do BDI, em razão das peculiaridades do objeto licitado, foram adotados percentuais superiores ao 3º quartil, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas:

[Vide Nota Explicativa n. 10.](#)

11. BDI REDUZIDO SOBRE OS CUSTOS DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Na presente licitação, (x) SERÁ ou () NÃO SERÁ adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos, de acordo com a seguinte justificativa:

*A opção de **não aplicar o BDI restrito aos materiais**, mas aplicá-lo apenas aos equipamentos, pode ser justificada pela natureza distinta dos custos e dos riscos envolvidos com cada tipo de insumo.*

***Materiais:** Os materiais são normalmente consumidos diretamente na obra e representam um custo direto que pode variar em função de diversos fatores, como preços de mercado e condições de transporte e armazenamento. A aplicação do BDI integral sobre os materiais permite cobrir essas variabilidades e riscos logísticos, garantindo que não haja prejuízo na qualidade e disponibilidade dos materiais durante o projeto.*

***Equipamentos:** Por outro lado, os equipamentos muitas vezes são localizados ou possuem um custo de aquisição que pode ser amortizado ao longo de sua vida útil. A aplicação de um BDI reduzido sobre os equipamentos é uma medida de economia, uma vez que os custos indiretos relacionados aos equipamentos são menores ou podem ser controlados com maior previsibilidade de bens, especialmente se não forem consumíveis. Isso evita a sobreposição de custos indiretos, mantendo uma gestão mais eficiente dos recursos.*

Portanto, a decisão da UFRB visa a alocação eficiente de recursos e a transparência nos custos, ao considerar o perfil específico de cada tipo de insumo e as particularidades de sua administração dentro da obra.

Caso seja adotado o BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos:

() foram observados os parâmetros do Acórdão n. 2.622/2013 - Plenário do TCU;

() foi adotado o parâmetro do () 1º quartil ou () médio ou () 3º quartil, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas **para os casos em que não foi adotado o médio:**

() foi adotado percentual superior ao 3º quartil, em razão das peculiaridades do objeto licitado, de acordo com as **justificativas** técnicas abaixo apresentadas:

[Vide Nota Explicativa n. 11.](#)

12. ELABORAÇÃO DE CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

O cronograma físico-financeiro:

(☒) FOI juntado aos autos

(☐) NÃO foi juntado aos autos.

Na hipótese de ter sido adotado o regime de empreitada por preço global, o cronograma físico-financeiro:

(☐) DEFINE com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

(☐) NÃO define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.

[Vide Nota Explicativa n. 12.](#)

13. PROJETO EXECUTIVO

(☒) FORAM elaborados os projetos executivos relativos ao objeto, juntados aos autos e divulgados com o edital da licitação;

(☐) NÃO FORAM elaborados os projetos executivos, sendo tal atribuição expressamente repassada à contratada, com os custos contemplados na planilha orçamentária elaborada. Nessa hipótese, (☐) ATESTO que o projeto básico e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos executivos pela contratada.

[Vide Nota Explicativa n. 13.](#)

14. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Registro da empresa no conselho profissional

Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao (☒) CREA e/ou ao (☒) CAU e/ou ao (☐) CRT, com base na seguinte justificativa técnica:

*Na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao **CREA** (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia) e ao **CAU** (Conselho de Arquitetura e Urbanismo). Essa exigência é baseada na necessidade técnica de garantir que uma empresa possua habilitação profissional adequada para executar serviços que envolvam atividades de engenharia e/ou arquitetura, em conformidade com a legislação vigente.*

*O registro junto ao CREA é necessário para licitações que envolvam atividades de **engenharia, agronomia e áreas afins**, garantindo que a empresa licitante esteja apta a realizar serviços que exijam conhecimentos técnicos específicos, segurança e qualidade. O registro no CAU é exigido quando o objeto do contrato inclui atividades de **arquitetura e urbanismo**, garantindo que os profissionais responsáveis possuam a qualificação para projetar e executar as obras de acordo com normas técnicas e regulamentares.*

*A ausência da exigência de registro no **CRT** (Conselho Regional dos Técnicos Industriais) se justifica porque o escopo desta licitação não abrange atividades exclusivas de técnicos industriais, restringindo-se às áreas de atuação dos profissionais de engenharia e arquitetura.*

Capacidade técnico-operacional

Na presente licitação:

(X) serão exigidas comprovações de capacidade técnico-operacional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a seguir elencadas:

***Serão aplicadas comprovações de capacidade técnico-operacional** quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, visando garantir que a empresa licitante possua a experiência e a competência necessária para executar as atividades críticas do contrato com qualidade e segurança.*

() SERÁ exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos atestados, correspondentes aos seguintes serviços das parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto:

Para os serviços de execução estrutura em concreto armado: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 80% dos quantitativos licitados;

Para os serviços de execução em alvenaria em blocos cerâmicos: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 80% dos quantitativos licitados;

Para os serviços de execução de instalações elétricas: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados;

Para os serviços de execução de instalações hidrossanitário: quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 70% dos quantitativos licitados;

Possibilidade de somatório de atestados

*Na presente licitação, será (X) ACEITO ou () VEDADO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, com base na seguinte **justificativa** técnica:*

*Na presente licitação, **será ACEITO o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional** para o atingimento dos quantitativos mínimos exigidos. Essa decisão é baseada na técnica justificativa de que o somatório de atestados permite ampliar a competitividade do processo licitatório, sem comprometer a comprovação de experiência e competência da empresa licitante.*

Ao aceitar o somatório de atestados, a Administração permite que as empresas demonstrem sua capacidade técnico-operacional por meio de experiências acumuladas em diferentes contratos, desde que esses atestados, em conjunto, atendam a requisitos de quantitativos e relevância técnica. Essa abordagem garante que o licitante possua experiência prática em realizar as atividades ordinárias, mesmo que em projetos separados, promovendo maior participação de empresas comprometidas e garantindo a execução eficiente do contrato.

Capacidade técnico-profissional

Na presente licitação:

() NÃO SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional.

(X) SERÃO exigidas comprovações de capacidade técnico-profissional quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais abaixo elencados:

Para o cargo de Engenheiro Civil: serviços de fundações e reforço de solos;

Para o cargo de Engenheiro Civil: serviços de alvenaria de bloco cerâmico;

Para o cargo de Engenheiro Civil: serviços de instalações hidráulicas;

Para o cargo de Engenheiro Civil: serviços de estrutura em concreto armado;

(X) SERÁ, excepcionalmente, exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos documentos de ART/RRT, com base na seguinte justificativa:

Os quantitativos mínimos a serem comprovados nos documentos de ART/RRT, por cada profissional, estão abaixo elencados:

Para o cargo de Engenheiro Civil : quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 80% dos quantitativos licitados, para os serviços de fundações;

Para o cargo de Engenheiro Civil : quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 50% dos quantitativos licitados, para os serviços de alvenaria em bloco cerâmico;

Para o cargo de Engenheiro Civil : quantitativos mínimos equivalentes ao percentual de 80% dos quantitativos licitados, para os serviços de estrutura em concreto armado;

Exigências de instalações, aparelhamento e pessoal técnico

Na presente licitação, () SERÁ exigida a indicação de instalações, aparelhamento ou pessoal técnico com determinada qualificação, a seguir elencados:

[Vide Nota Explicativa n. 14.](#)

15. VISTORIA

Na presente licitação, a realização de vistoria será (X) FACULTATIVA ou () OBRIGATÓRIA, e o licitante (X) PODERÁ ou () NÃO PODERÁ substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte justificativa técnica:

Na presente licitação, a realização de vistoria será FACULTATIVA, e ou PODERÁ substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto.

Essa abordagem visa facilitar a participação de um maior número de licitantes, especialmente em casos em que uma visita ao local pode ser onerosa ou inviável para empresas de outras regiões. Ao permitir a substituição pelo termo de pleno conhecimento.

[Vide Nota Explicativa n. 15.](#)

16. SUBCONTRATAÇÃO

O órgão assessorado () NÃO ADMITIU ou (X) ADMITIU a subcontratação parcial na presente licitação, sob as seguintes condições e justificativas técnicas:

Condições específicas que asseguram a qualidade e a conformidade técnica dos serviços executados. A subcontratação será permitida para parcelas de objeto que não seja específico do núcleo essencial do contrato, ou seja, atividades auxiliares ou de menor relevância técnica, desde que previamente aprovados pela Administração.

*A técnica justificativa para essa decisão é baseada na **flexibilidade operacional** que a subcontratação parcial proporciona, permitindo que uma empresa licitante conte com especialistas para executar atividades que exijam conhecimentos específicos ou para otimizar prazos de execução. No entanto, o órgão exige que a empresa principal mantenha o controle e a responsabilidade integral sobre a obra, garantindo que a subcontratação não comprometa a qualidade, o prazo ou a segurança do projeto.*

[Vide Nota Explicativa n. 16.](#)

17. DEFINIÇÃO DO PERCENTUAL DE CAPITAL OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO

Na presente licitação, será exigida a comprovação de () CAPITAL MÍNIMO ou (X) PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO, no percentual de (10%) por cento sobre o valor total estimado da contratação, com base na seguinte **justificativa** técnica:

Essa exigência visa garantir que o licitante possua capacidade financeira suficiente para arcar com os compromissos contratuais, reduzindo o risco de inadimplência e paralisações durante a execução do projeto.

*A opção pelo **patrimônio líquido mínimo**, em vez do capital mínimo, se justifica tecnicamente por ser um indicador mais estável e representativo da saúde financeira da empresa, uma vez que reflete seus ativos menos passivos, proporcionando uma visão clara de sua capacidade patrimonial. Essa exigência oferece uma segurança adicional à Administração, garantindo que o contratante possua a solidez necessária para cumprir as obrigações financeiras e operacionais ao longo do contrato.*

[Vide Nota Explicativa n. 17.](#)

18. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Na presente licitação, será

() PERMITIDA a participação de consórcios. *(Não é necessário justificar)*

(X) VEDADA a participação de consórcios, com base na seguinte **justificativa**:

É vedada a participação de consórcios nesta licitação, com base na justificativa de que a complexidade e o porte do objeto contratual não excluem a união de empresas para garantir a capacidade técnica ou financeira necessária para sua execução.

A decisão de consórcios visa simplificar o processo licitatório, reduzir a complexidade administrativa e evitar possíveis dificuldades de coordenação e responsabilidade entre empresas consorciadas, o que poderia comprometer a eficiência e o controle do contrato. Além disso, a Administração entende que o objeto pode ser atendido adequadamente por uma única empresa, que deve comprovar isoladamente sua qualificação para garantir a execução do projeto com qualidade e segurança.

[Vide Nota Explicativa n. 18.](#)

19. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

Na presente licitação, será (X) VEDADA ou () PERMITIDA a participação de cooperativas, com base na seguinte **justificativa**:

Na presente licitação, será VEDADA a participação de cooperativas, com base na justificativa de que o objeto contratual exige uma estrutura empresarial que garanta a responsabilidade individual e solidária pela aplicação de obrigações trabalhistas, fiscais e de qualidade técnica.

*A colocação decorre da necessidade de garantir que o contratado tenha uma **capacidade jurídica e financeira compatível com a exigência da contratação pública**, além de uma responsabilidade direta pela execução do contrato. As cooperativas, por sua natureza jurídica e regime de trabalho cooperado, podem apresentar limitações em relação ao vínculo empregatício e à responsabilização solidária, o que poderia comprometer a segurança jurídica e a qualidade dos serviços ou obras contratadas.*

[Vide Nota Explicativa n. 19.](#)

20. GARANTIA DA EXECUÇÃO

Na presente licitação, será (X) EXIGIDA ou () DISPENSADA a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte **justificativa**:

A garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante à Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento.

[Vide Nota Explicativa n. 20.](#)

21. DA SUSTENTABILIDADE

No tocante à promoção do Desenvolvimento Nacional Sustentável previsto nos arts. 5º, e 11, IV, da Lei n. 14.133, de 2021, nesta licitação o tomou as seguintes medidas quando do planejamento de obras e serviços de engenharia:

() definiu os critérios e práticas sustentáveis, objetivamente e em adequação ao objeto da contratação pretendida, como especificação técnica do objeto, obrigação da contratada, e/ou requisito de habilitação/qualificação previsto em lei especial

() verificou se os critérios e práticas sustentáveis especificados preservam o caráter competitivo do certame;

() verificou a incidência de normas de acessibilidade (Decreto n. 6.949, de 2009 e Lei n. 13.146, de 2015); e

() verificar o alinhamento da contratação com o Plano de Gestão de Logística Sustentável.

Nesta licitação, o órgão assessorado entendeu que os serviços objeto desta contratação não se sujeitam aos critérios e práticas de sustentabilidade ou que as especificações de sustentabilidade restringem indevidamente a competição em dado mercado, sob a seguinte justificativa:

Concluiu que os serviços objeto desta contratação possuem especificidades técnicas que dificultam a imposição de requisitos de sustentabilidade sem comprometer a previsão técnica e competitiva de certame .

A decisão foi fundamentada na análise de que a exigência de sustentabilidade poderia não se alinhar totalmente às condições operacionais e ao perfil do mercado fornecedor desses serviços, o que poderia resultar em restrições à participação de empresas prejudicadas. Além disso, os requisitos sustentáveis que foram inicialmente considerados continham potencial

para aumentar os custos do projeto de maneira desproporcional ao seu benefício ambiental ou social no contexto específico.

Assim, o órgão priorizou a manutenção da ampla competitividade e economicidade, conforme os princípios da Lei n. 14.133/2021, buscando o melhor equilíbrio entre sustentabilidade e técnicas e financiamento

[Vide Nota Explicativa n. 21.](#)